

Das bandeiras às fronteiras

São Paulo, Belém e a expansão a oeste de Tordesilhas

Dante Ribeiro da Fonseca*

Introdução

A abordagem do processo de conquista e colonização portuguesa do Brasil, tendo como ênfase a ação militar, impõe a observação de dois outros aspectos relevantes. São eles: o religioso e o econômico. Quanto ao aspecto religioso, podemos destacar a mentalidade de cruzada, que presidiu inicialmente a conquista da terra. Foi esse aspecto ideológico norteador da ação missionária e também militar. De fato, logo após a conquista de Ceuta pelos portugueses em 1415, que inaugurou o domínio português do périplo africano em direção às Índias Orientais, o papa Martinho V expediu a bula *Rex regum*. Essa bula, de 1418, conferiu o caráter de cruzada à ação portuguesa na África Ocidental, conclamando todos os reis cristãos a se unirem na luta contra os mouros.

Do mesmo modo, proselitismo cristão e ação militar coadjuvam a conquista da colônia brasileira. A palavra *gentio*, utilizada em documentos coloniais para designar o nativo brasileiro, é de origem bíblica e nesse caso significa não católico, pagão. Mas esse nativo

não poderia continuar no paganismo, dada sua nova sujeição ao Estado Nacional Absolutista e Católico; assim a obrigatoriedade de adoção da fé era conferida unilateralmente pelas leis ibéricas. A conversão então explica, em parte, a enorme evidência atribuída pelos reis ibéricos às ordens religiosas no trato com os nativos. No Brasil, essa proeminência durou até 1758, ano em que foi publicado o Diretório dos Índios, lei que inaugura a decadência da ação missionária nessa questão, pois, através dela, foi substituído o clérigo pelo elemento laico.

Quanto ao recorte econômico, sabemos que a conquista da América também representou uma obstinada busca de riquezas pela Europa. Por isso, o avanço pelo território segue a rota da instalação de sistemas de produção ou das descobertas das riquezas naturais. Foram os casos da cana-de-açúcar e também do ouro no Brasil, ou do extrativismo vegetal amazônico. A ação econômica também esteve umbilicalmente vinculada à ação militar na conquista da terra. Os vários povos nativos viam seus territórios serem conquistados pelo europeu e buscavam defendê-los. Era então que a função essencial-

* Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental (UFPA), professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). É sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia (IHGRO) e da Academia de Letras de Rondônia (ACLER) e sócio correspondente do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA). (zeliafonseca@brturbo.com.br)

mente guerreira do nativo se contrapunha à função militar do colonizador. Devemos alertar, porém, que aquilo que consideramos atividade militar terrestre nos séculos iniciais da colonização não era atributo exclusivo do exército regular. Era responsabilidade também do colono civil, através de vários mecanismos legais, instituídos ao longo da formação do Estado Nacional Português. Entre esses mecanismos está a bandeira, cujas patentes eram atribuídas ao colono pelas autoridades metropolitanas e coloniais.

Essas instituições já haviam estabelecido na metrópole aquilo que se chamou de militarização da sociedade portuguesa. Foram transferidas para o Brasil e, em parte, adaptadas às novas condições de conquista aqui encontradas. Os próprios cargos da administração colonial uniam a função civil e militar, daí porque a profusão de títulos como capitães-generais, capitães-donatários, sargentos-mores e outros. Na organização militar terrestre portuguesa, encontramos primeiramente o exército mantido pelo Estado Absolutista na figura dos corpos regulares ou tropa de linha. Além da estrutura militar permanente e profissional, existiam também os corpos de milícias e ordenanças. Eram constituídos pelos súditos que, quando convocados pelo Estado, os compunham sem perceber nenhum tipo de remuneração. Destinavam-se ao apoio ou mesmo, em alguns casos, à substituição das tropas regulares profissionais. Havia nessas tropas uma hierarquia de patentes que plasmava a ordem social do antigo regime colonial. Situavam nos escalões mais baixos os brancos pobres, mestiços de toda ordem, negros livres e escravos, além dos indígenas, tapuios ou não.

No topo da hierarquia, o mestre de campo, seguido do capitão-mor, sargento-mor e capitão; mais abaixo, em postos subalternos, as patentes como alferes, sargentos, furriéis, cabos de esquadra, porta-estandartes e tambor completavam as patentes militares das ordenanças. Foram registradas, contudo, inúmeras exceções a essa regra, próprias de sociedades em que, como na nossa, a mestiçagem tornou-se comum. Quando indivíduos de origem africana, indígena ou mestiça demonstravam valor militar ou enriqueciam, frequentemente eram alçados às patentes superiores.

Os corpos de ordenanças, existentes em Portugal já no século XVI, representaram um desdobramento da organização militar portuguesa mais antiga, na qual existiam as bandeiras. Essas bandeiras medievais constituíam-se como organizações militares espontâneas e tumultuárias a que o Regimento das Ordenanças procurou disciplinar ainda naquele século. No Brasil, foi através desse regimento que se vulgarizou a definição de bandeira. As adaptações do instituto das bandeiras por aqui não se fizeram esperar. Primeiramente, de emprego defensivo e estático na metrópole, a bandeira passou a exercer diversas outras funções. Seus comandantes eram, em geral, também comandantes das milícias e ordenanças nomeados pelas autoridades coloniais ou reinóis.

O caráter expansionista atribuído às bandeiras foi mais praticado nas áreas periféricas aos centros políticos e econômicos coloniais. São Paulo e Belém do Pará foram os núcleos irradiadores das ações que vieram a romper com os limites de Tordesilhas. É por essa via de entendimento que podemos

considerar que a ação de indivíduos como Raposo Tavares e Francisco de Melo Palheta, assim como de Ricardo Franco de Almeida Serra, revestiam-se do caráter militar, embora os dois primeiros não integrassem o exército regular da época, como foi o caso do último.

O processo de conquista e ocupação portuguesa efetiva na bacia do rio Amazonas pode ser situado entre construção do Forte do Presépio, origem da atual cidade de Belém, em 1616, e o Tratado de Madri (1750). No norte da colônia, é a partir de Belém que se dá o avanço sobre Tordesilhas. O Tratado de Madri representa o início da consolidação jurídica do processo de expansão portuguesa para oeste dessa linha. Eventos posteriores, que se prolongarão até o século XX, consolidarão a fronteira noroeste tal como a conhecemos hoje. É nesse período que ocorre a conquista portuguesa da área dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé. Esses rios delimitaram um trecho da referida fronteira. Nesta exposição, a ênfase da análise histórica recairá sobre as ações militares da conquista e colonização desse espaço.

A divisão do Novo Mundo entre as potências ibéricas

Mesmo antes da chegada dos europeus à América, as nações ibéricas pugnavam pela divisão das terras encontradas e conquistadas na busca do caminho marítimo para as Índias. Inicialmente as bulas e tratados relativos ao tema concentravam maior precisão na costa da África e ilhas adjacentes. Com o passar do tempo, passaram a dividir, entre Portugal e Espanha, as terras supos-

tas a oeste. Assim é que, entre 1479 e 1480, foi assinado o Tratado de Alcovas. Nele os monarcas espanhóis aceitam a posse portuguesa da Guiné, diversas ilhas na costa da África e demais terras descobertas ou a se descobrirem ao sul das ilhas Canárias (ilhas de posseção espanhola), desde que não pertencessem a nenhum rei cristão.

Com a chegada de Colombo à América, em 1492, buscaram as monarquias ibéricas melhor definição na divisão entre si do Novo Mundo. Assim é que o papa Alexandre VI emite, em 1493, uma série de documentos visando solucionar a questão da partição das novas terras como: o breve *Inter coetera*, a bula *Inter coetera*, a bula *Eximiae devotionis*, a bula *Dudum siquidem*, de 26 de setembro. Seja pela imprecisão, seja por não agradar às pretensões dos monarcas em lide, todas as tentativas de acordo foram frustradas até 1494. Naquele ano, foi assinado o tratado de Tordesilhas, que serviria de imprecisa baliza para as possessões ibéricas na América do Sul nos séculos vindouros. Determinava o tratado o estabelecimento de uma linha geodésica, que, seguindo do polo ártico ao polo antártico (sentido norte-sul) à distância de trezentos e setenta léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, serviria de fronteira. Pelo tratado, as terras a oeste dessa linha pertenciam à Espanha, e, a leste, a Portugal. O ano de 1500 marca a posse portuguesa desse território a leste da linha de Tordesilhas com a chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil.

As bandeiras e a expansão territorial

A historiografia nacional firmou a convicção predominante de que o rompimento

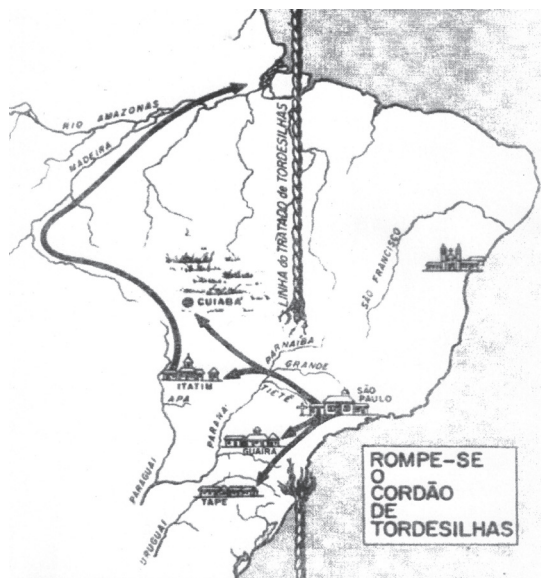


Figura 1 – Rompe-se o cordão de Tordesilhas
 Fonte: SOARES, 1975

da linha de Tordesilhas no Brasil e a resultante consolidação territorial portuguesa, sobre o espaço antes convençãoado como pertencente à coroa de Espanha, foi obra dos bandeirantes de Piratininga. Essa vinculação é tão forte que a palavra bandeirante passou mesmo a ser sinônimo de paulista. Normalmente a palavra é vinculada automaticamente ao movimento de expansão e ocupação das fronteiras brasileiras a partir do planalto de São Paulo durante o período colonial.

A predominância da interpretação, centrada em São Paulo, de um dos mais importantes fenômenos de nossa História pode ser entendida na origem mesmo da historiografia sobre o tema. Para citar dois autores de peso, e de resto essa é a História contada na maioria dos livros didáticos, temos o embaixador Álvaro Teixeira Soares (1975),

que afirma: “cabera aos bandeirantes de São Paulo a função histórica de triplicar a área do Brasil estabelecida pelo tratado de Tordesilhas”. Na mesma obra, Teixeira Soares apresenta o mapa da **Figura 1**.

Da observação desse mapa, depreende-se que mesmo a fronteira dos rios Madeira e Amazonas foi anexada ao território nacional pela ação dos bandeirantes paulistas, pois que, no mapa, o vetor do avanço sai de São Paulo, seguindo depois para o Amazonas. Taunay (2012, p. 185) também imprime essa percepção, ao declarar que:

A solução de continuidade existente entre as áreas hoje mato-grossenses da bacia amazônica e as que se distribuem pelo Pará e o Amazonas começou a ser apagada em 1742 com a famosa viagem de Manuel Félix de Lima e Joaquim Ferreira Chaves, de Vila Bela a Belém do Pará.

Em ambos os casos, no trecho de Taunay e no mapa de Soares, o vetor de incorporação desse território parte de São Paulo e chega ao rio Guaporé. Tavares, em razão do bandeirismo de preação, e Lima, em razão do surto minerador.

Devemos, no entanto, apontar aqui duas imprecisões. Primeiramente nos recorrendo do mapa. A linha maior, que, partindo do Itatim, chega à ilha de Marajó, ou seja, às proximidades Belém, seria o roteiro da famosa viagem do bandeirante paulista Antônio Raposo Tavares, que traçaria, com pequenas modificações, as futuras fronteiras do Brasil. Ocorre, porém, que, após minucioso estudo, o historiador Jaime Cortesão (2012, p. 377) define o seguinte roteiro da expedição:

- I - de São Paulo ao Paraguai;
- II - do Paraguai até aos serros do sistema chiquitano;
- III - daqui até a região dos chiriguano;
- IV - exploração das faldas orientais dos Andes;
- V - regresso pelo Guapaí até a planície cruceña;
- VI - finalmente, o grande trajeto fluvial pelo Guapaí-Mamoré-Madeira-Amazonas até Gurupá.

Em resumo, a bandeira de Raposo Tavares seguiu o caminho diferente daquele tradicionalmente indicado nos mapas. Não seguiu o rio Guaporé, em razão de que seu objetivo era capturar, na segunda parte do empreendimento, os índios chiriguanos residentes nas faldas dos Andes. Enfim, contrariamente ao que Cortesão defende, Tavares estava interessado em escravizar os indígenas e não em estabelecer as novas fronteiras coloniais.

Em segundo lugar, está a afirmação de Taunay. Desconsidera ela todo o movimento anterior que, partindo de Belém, já havia ocupado a região do baixo Madeira. Resta, contudo, a Taunay o mérito de ter reconhecido implicitamente que a ocupação do norte do Brasil não foi obra paulista. Em seu *Esboço Biográfico de Pedro Taques de Almeida Pais Leme (1714-1777)*, declara que o recuo do meridiano de Tordesilhas para o coração da América do Sul deveu-se ao avanço das bandeiras paulistas, embora declare, com menor ênfase, que foram eles os “construtores do áspero Brasil Meridional e Central” (In LEME, 2004, p. 61).

Dentre aqueles poucos autores que registraram a participação nortista no proces-

so de ocupação das fronteiras, citamos aqui o paulista Paulo Prado, que, em sua obra *Retrato do Brasil*, declarou corretamente que as “bandeiras amazônicas, que pelo Madeira se ligaram às de São Paulo, alcançaram os limites do Javari e ocuparam a Guiana” (1981, p. 56). A quase correta observação de Paulo Prado, visto que não registrou o pioneirismo do bandeirismo nortista, apreendeu-a de um escrito de Capistrano de Abreu, conforme ele mesmo declara: “Devo este esquema a uma nota magistral e inédita de Capistrano de Abreu” (Idem, nota 1).

Podemos resumir então que as fronteiras portuguesas na América do Sul foram expandidas a partir de duas frentes de colonização: pioneiramente, a frente amazônica e, após o início do Ciclo do Ouro, a frente paulista. Essas frentes se encontraram no rio Madeira, fechando o périplo da ocupação da fronteira oeste e ligaram uma região à outra com o estabelecimento da rota das monções do Norte. Essas monções eram expedições comerciais que, a partir da metade do século XVIII, abasteciam exclusivamente o norte do Mato Grosso através de Belém. O atribuir ao elemento paulista mérito de ter expandido nossa fronteira oeste é fruto de verdade apenas parcial.

O Norte e o Sul da colônia portuguesa

Embora tenhamos notícias de incursões navais de portugueses na foz do rio Amazonas desde os primeiros anos do século XVI, o primeiro registro de europeu a encontrar a foz do Grande Rio indica o navegante Vicente Pinzon, a serviço do rei de Espanha. Também foram os espanhóis os primeiros navegantes

européus daquele rio. Após a primeira expedição espanhola, entre 1540 e 1542, outras expedições devassaram aquele curso de água. Nesse ínterim, se realizava lentamente a expansão portuguesa no território a leste da linha de Tordesilhas. Assim é que, em 1535, D. João II doou a João de Barros uma das capitâneas criadas no Brasil naquele momento, na foz do rio Amazonas. Apesar do dispêndio de recursos próprios, a tentativa de colonização daquela parte da colônia fracassou. Mais ao sul da colônia, foi fundada São Paulo em 1540. Desses dois pontos do território a leste de Tordesilhas, é que a linha de fronteira será rompida pelo avanço português para oeste. É de interesse observar que o início do avanço português sobre o território convencionado como espanhol ocorre já durante a União Ibérica. Esse período foi assim chamado porque, de 1580 a 1640, Portugal e Espanha foram governados pelos monarcas espanhóis. A razão desse fato foi ter falecido em luta contra os mouros, na Batalha de Alcácer-Quibir em 1578, sem deixar herdeiros diretos, o rei português D. Sebastião, cuja sucessão coube aos seus parentes mais próximos, os reis de Espanha.

A partir do último quartel do século XVI, São Paulo inicia a desenvolver uma extensa lavoura comercial de alimentos. Esses produtos eram destinados principalmente ao mercado litorâneo da colônia. Essa lavoura estava baseada toda ela no trabalho do indígena escravizado. Foi a partir dessa base social e econômica que se desenvolveu o bandeirismo naquele espaço. É importante notar uma manifestação anterior mesmo ao fenômeno do bandeirismo no Brasil. Trata-se da iniciativa do náufrago português Aleixo Garcia, que,

tendo encontrado abrigo entre os nativos da ilha de Santa Catarina, organizou, em ano próximo a 1523, uma expedição composta por quatro ou cinco dos seus amigos de infortúnio e algo em torno de dois mil índios guaranis. Essa expedição partiu do atual estado do Paraná e atingiu comunidades incaicas na região de Potosí e Sucre, as quais saqueou. Seu líder ordenou depois a retirada da expedição para o Paraguai, onde foi assassinado pelos índios. Essa expedição permitiu o conhecimento da ligação entre o rio da Prata e a Região Andina.

A bandeira existiu como instituição militar portuguesa desde a Idade Média. Foi mudando com o passar do tempo e se adaptando às modificações na arte da guerra tal como praticada no meio colonial, conformando-se como as companhias de ordenanças ou milícias. Tornou-se comum no Brasil desde o primeiro quartel do século XVII. Os oficiais das bandeiras eram aqueles mesmos nomeados para comandar as ordenanças ou milícias, destinadas, na colônia, às atividades militares e de polícia. Segundo Cortesão, pouco a pouco, essas atribuições foram transformadas pela bandeira colonial naquelas de: [...] “ataque, apresamento, exploração e reivindicação de soberania” (CORTESÃO, 2012, p. 75). Em suma: através de um processo adaptativo às condições locais, torna-se bandeira livre de “assalto e exploração do sertão” (Idem, p. 76).

A atividade de apresamento para escravização do nativo desenvolvida pelos paulistas pode ser dividida em fases. De 1628 a 1641, não se distanciavam muito de São Paulo, e os grupos mais afetados foram os guaranis. Aproximadamente a partir de 1640, a estratégia dos jesuítas espanhóis consistiu em organizar os nativos em reduções mais distan-

tes e armar seus índios contra os ataques dos paulistas. Também o nativo não reduzido interiorizava sua fuga da área de ação bandeirante. Assim, as penetrações dos bandeirantes pelo interior do território em busca de escravizar os indígenas dilataram-se mais e mais. Uma bandeira que se notabilizou pelo enorme percurso que realizou foi aquela liderada pelo mestre de campo Raposo Tavares. Iniciada em 1639, em São Paulo, essa bandeira foi ao sul do Brasil. Sendo malsucedida no ataque às missões religiosas daquela região, dirigiu-se ao norte, em busca dos “índios serranos”. Esses nativos são os chiriguanos (guaranis), que residem nas faldas dos Andes ainda hoje, na região do Oriente Boliviano, que faz fronteira com o Brasil. O contingente bandeirante era típico: poucos brancos, alguns mamelucos e muitos índios, portando algumas armas de fogo, e a maioria, arcos e flechas. Após seguirem o curso do rio Paraguai, navegaram os rios Mamoré, Madeira e Amazonas. O final do percurso foi sua chegada a Gurupá, em 1642, com reduzida parte da tropa. Estavam em estado tão lastimável que o padre Antônio Vieira declarou que eles mais pareciam desenterrados do que vivos. Esse foi o primeiro registro de navegação europeia em todo o curso do rio Madeira.

Muitas vezes, essas entradas combinavam o objetivo de busca de cativos com a pesquisa mineral. Podemos citar como exemplo a bandeira de Fernão Dias Paes Leme, iniciada em 1674. Embora não houvesse trazido metais ou pedras preciosas, foi grande a quantidade de indígenas cativados em Minas Gerais.

Em sua importante obra *História das Bandeiras Paulistas*, o historiador paulista

Afonso D’Escragno Taunay (2012, p. 208) declara:

Foi o ouro o verdadeiro causador da tomada de posse definitiva das terras centrais. Não existissem o arraial do Bom Jesus do Cuiabá e o arraial guaporeano, futura Vila Bela, e Alexandre de Gusmão disporia de débil base de argumentação para invocar o *uti possidetis* em favor da fixação da fronteira do Brasil a dois mil quilômetros a oeste da linha tordesilhana.

Devemos ir um pouco mais adiante para que não haja dúvida interpretação. A exploração mineral foi responsável não apenas pela tomada de posse, mas pela ocupação efetiva do território a oeste de Tordesilhas pelos bandeirantes paulistas. Porém, o fenômeno apenas poderá ser constatado a partir do chamado Ciclo do Ouro. E, assim mesmo, naquela parte que chamamos de Brasil Central. A razão disso é exatamente porque promoverá a fixação da população em território espanhol. Não nos esqueçamos de que a legitimação dessa fronteira se dará com o Tratado de Madri, de 1750, cujo princípio basilar foi o *uti possidetis*, ou seja, a terra pertence ao rei cujos súditos a ocuparem. Mas Taunay fala da ocupação com os olhos fixos em São Paulo, vê a árvore, mas não a floresta. Não se refere a Belém, uma das bases dessa ocupação. Na Amazônia, não houve o Ciclo do Ouro, e, no entanto, a região participou de forma primordial, importante e decisiva no processo de ocupação da região a oeste de Tordesilhas, em período mesmo anterior a esse ciclo. Aduzimos, ainda, que a ocupação ocorreu inicialmente na Amazônia mais em função da defesa do território que em razão do Ciclo das Drogas do Sertão, também um ciclo ambulante e inicialmente não fixador

de população no sertão. Sem a constituição de núcleos de colonização portuguesa a oeste de Tordesilhas, não haveria consolidação da expansão da fronteira que seria legitimada pelos tratados de limites.

A expansão da mineração no Sul e o combate aos “estrangeiros” no Norte

Destarte, foi a escassez de nativos nos arredores mais próximos de São Paulo que fez entrar em decadência a economia agrícola do planalto de Piratininga, já claramente observada no último quartel do século XVII. Foi então que, em 1693, a bandeira de Antônio Rodrigues Arzão descobriu o ouro no Caité; no ano seguinte (1694), Bartolomeu Bueno de Siqueira descobriu jazidas do mesmo minério próximas a Itaverava, ambas em Minas Gerais. Descobrimientos sucessivos fizeram avançar de fato a fronteira portuguesa na América. Isso porque, diferentemente das bandeiras anteriores, a descoberta de ouro e diamantes ocasionava o transplante e a fixação da população colonial portuguesa nas novas regiões mineradoras. Nos períodos anteriores, a atividade das bandeiras consistia em avançar sobre os territórios considerados como espanhóis, fazer seu reconhecimento, prear nativos e retornar para São Paulo. Cinco anos depois da descoberta de Itaverava, em 1699, Portugal recebia 725 quilogramas de ouro extraído no Brasil.

Enquanto esses eventos ocorriam a partir de São Paulo, ao norte da colônia, a linha de Tordesilhas também era rompida. A conquista e o estabelecimento definitivo dos portugueses na Amazônia relacionam-se à tentativa de fixação dos franceses no

Maranhão. Comandados pelo senhor De La Ravardière, um grupo de colonos franceses iniciou a ocupação das terras no litoral maranhense em 1612. A ação portuguesa contra essa invasão é bem-sucedida. Sob o comando do capitão-mor Alexandre Moura, os franceses são expulsos do Maranhão em 1615. No final daquele mesmo ano, esse comandante nomeia um membro de sua expedição, Francisco Caldeira Castelo-Branco, capitão-mor do Grão-Pará. No início do ano seguinte, Castelo-Branco, que chegou ao Pará acompanhado de duzentos homens, fundou o Forte do Presépio, de onde iniciou a dar combate a inúmeros núcleos coloniais instalados por outros povos europeus naquelas terras.

É, portanto, dentro do período denominado União Ibérica (1580-1640) que a linha de Tordesilhas será rompida no norte amazônico com a criação de capitanias portuguesas a oeste daquela linha. As entradas de apresamento do indígena e busca de recursos naturais devassarão o espaço a oeste de Tordesilhas mais intensamente do que antes da união dos reinos. Contudo, é no Grão-Pará onde, além de devassar os sertões, as entradas propiciarão primeiramente ao elemento português a fixação em território espanhol. A dificuldade de o monarca de Espanha expulsar com suas tropas elementos de outras nacionalidades que se instalavam em territórios da Amazônia, considerados de sua posse, fez com que atribuisse essa função ao elemento português. Pesava também, como consta no Tratado de Madri (1750), o fato de “não haverem averiguado até agora os verdadeiros limites daqueles domínios, ou a paragem donde se há de imaginar a Linha Divisória”, circunstância adicionalmente uti-

lizada com oportunidade pelos portugueses para se estabelecerem a oeste de Tordesilhas.

Pela Carta Régia de 1621 (13 de junho), o monarca espanhol Felipe IV estabeleceu o Estado do Maranhão. Separado do Estado do Brasil, foi constituído pelas capitânicas gerais do Maranhão, Pará, Ceará e Piauí, com capital em São Luiz. Os administradores dessas capitânicas eram escolhidos no seio do aparelho burocrático e militar português. Em 4 de novembro de 1621, foi emitido aviso em que o monarca comunicava as providências para povoar e fortificar a costa do Brasil:

...dos demais rios e os que forem tão largos que não alcance artilharia de uma parte a outra se fortifiquem e, **ainda que esta conquista seja da Coroa de Castela, se pode encomendar a de Portugal por ser mais em conta**, e que pela notícia de que na outra costa há povoados de ingleses e holandeses, se poderia enviar em reconhecimento e, conforme o que houvesse, tomar resolução e fazer o necessário para expulsá-los. (Apud CALÓGERAS, 1998, p. 90; apud SILVA, 1855, p. 57, tradução livre, grifo nosso)

Nos anos posteriores, inúmeras entradas foram autorizadas pelo rei de Espanha e dirigidas por bandeirantes. A bandeira fluvial comandada por Pedro Teixeira em 1639 tomou posse do rio Amazonas para Portugal em nome do rei da Espanha. Dela participou Bento Maciel Parente, futuro capitão-general do Pará e capitão-donatário da capitania do Cabo Norte (atual Amapá). Em geral essas bandeiras fluviais agiam, como aquelas de São Paulo, para sondar ou conquistar o território, escravizar os nativos, mas também para expulsar súditos de outras monarquias europeias insta-

lados na Amazônia. Os governantes portugueses do Estado do Maranhão quase que imediatamente puseram-se a incentivar a instalação de novas capitânicas para garantir o controle desses territórios. Dois anos após a criação da Capitania Real do Pará, foi criada a capitania de Gurupá (1623). Posteriormente, mais três capitânicas foram entregues ao governo de particulares. Em 1627 foi criada a capitania de Caeté, entregue a Feliciano Coelho de Carvalho, filho do então capitão-general do Pará, que em 1634 a perdeu em favor de Álvaro de Sousa. Naquele mesmo ano de 1634, foi criada a capitania do Cabo Norte e entregue ao governo de Bento Maciel Parente. Em 1637 foi criada a capitania de Cameté e entregue ao mesmo Feliciano Coelho de Carvalho em compensação pela perda de Caeté. Assim, cinco capitânicas conquistadas, possuídas e dirigidas pelos portugueses existiam em ambos os lados da fronteira tordesilhana antes do final da União Ibérica (1640) e mais de um século antes do Tratado de Madri (1750). Instaurou-se, desse modo, uma complicada estrutura, em que a autoridade dos dirigentes das capitânicas reais, administradas por elementos nomeados pelo rei, contrapunha-se à autoridade dos capitães-donatários. Ainda assim, esse internamento e posse garantiu aos portugueses aquelas terras.

Os rios Madeira, Mamoré e Guaporé e a vizinhança espanhola

O rompimento da linha de fronteira foi então produto da ação militar de homens envolvidos com as atividades econômicas periféricas à principal área da economia colonial até o final do século XVII: a açucareira. Ocorre, porém, que, enquanto as incursões

do bandeirismo paulista descobriram o ouro e, por essa razão, passaram a fixar núcleos de povoamento colonial a oeste de Tordesilhas, apenas a partir do final do século XVII, esse fenômeno é observado na Amazônia desde a terceira década daquele século. Apesar disso, é da ação desencadeada a partir do planalto de São Paulo que se fixará a colonização portuguesa nos limites da fronteira oeste, composto pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, mas apenas a partir da primeira metade do século XVIII.

De um modo geral, a ação missionária era parte integrante da ocupação colonial. Foi o que aconteceu nas províncias jesuíticas espanholas de Moxos e Chiquitos, situadas onde hoje estão nossas fronteiras do Mato Grosso, Rondônia e Acre com a Bolívia. Em Moxos, esse processo iniciou no rio Mamoré e savanas ocidentais entre 1683 e 1700. Santíssima Trindade, hoje capital do departamento boliviano do Beni, que faz fronteira com Rondônia, foi fundada em 1686. Em uma segunda etapa, que transcorreu de 1700 a 1720, essas missões ocuparam o espaço do rio Mamoré abaixo até sua confluência com o rio Guaporé. Finalmente, a penetração foi consolidada entre 1720 e 1750, quando foram fundadas as missões a jusante.

Tal, porém, não foi o caso da ocupação portuguesa na área Madeira/Guaporé, tardia em relação aos espanhóis. A instalação de núcleos coloniais portugueses no rio Madeira deu-se, inicialmente, pela ação jesuítica. Já em 1669, os padres jesuítas Manoel Pires e Gorzoni navegaram nesse rio, onde fundaram a primeira aldeia de Tupinambaranas, na ilha de mesmo nome situada no rio Amazonas, defronte à foz do rio Madeira,

que hoje abriga o município amazonense de Parintins. Em 1683 o padre jesuíta Superior da Missão, Jodoco Peres, subiu o rio Madeira até a foz do rio Mataurá (na época, denominado Iruris). No retorno, trouxe consigo um filho do principal iruri, que, segundo Serafim Leite (2000. p. 391), aprendeu no colégio de Belém o tupi e o português.

Em 1688 o filho do cacique mais dois padres jesuítas retornam ao rio Madeira, onde fundam um aldeamento missionário entre os iruris. Esse aldeamento fracassa em razão da falta de missionários, doenças e ataques dos colonos que visavam à escravização daqueles nativos. Assim, esses missionários passaram a concentrar seus esforços nos aldeamentos de Tupinambaranas e Abacaxis (baixo rio Madeira), sendo que esse último praticamente foi o aldeamento que substituiu o de Iruris. Todas as tentativas da instalação de missões na parte alta e média do rio Madeira foram caracterizadas pela precariedade durante o século XVIII.

Evidentemente, como em São Paulo, entradas em busca de nativos e para praticar o extrativismo vegetal foram realizadas no rio Madeira, particularmente a partir da primeira década do século XVIII. Além dessas, existiram também bandeiras punitivas, como foi aquela enviada ao rio Madeira em 1715, comandada pelo capitão-mor João de Barros Guerra, que acoimou e escravizou os índios torás e muras. O comandante da expedição encontrou seu fim quando uma árvore tombou da margem do rio sobre sua embarcação. Segundo Noronha (1862, p. 30), essa expedição punitiva foi uma resposta ao ataque desses grupos às missões religiosas de Canumá e Abacaxis. Com a morte de João de

Barros Guerra, assume o comando o capitão de infantaria Diogo Pinto de Gaia auxiliado pelo sargento-mor das ordenanças Francisco Fernandes, que submetem parte desses grupos em 1718. Nesse evento, percebemos mais um capítulo de inspiração cruzadística: a guerra justa contra o infiel, o gentio que cria obstáculos ao avanço da cristandade.

O ouro de Cuiabá e Mato Grosso

Nesse mesmo ano (1718), registrou-se a primeira investida bandeirante no rio Cuiabá, quando Antonio Pires de Campos navegou esse rio na atividade de preação do nativo (SÁ, 1904, p. 7). No ano seguinte (1719), o bandeirante paulista Pascoal Moreira Cabral descobriu ouro no rio Coxipó-Mirim, afluente do rio Cuiabá, atraindo mineradores para a região nos anos seguintes (COELHO, 1850, p. 139). Em 1722 Miguel Sutil descobre ouro no rio Cuiabá (COELHO, 1850, p. 140). Constituída para investigar as condições de povoamento do alto rio Madeira, a expedição comandada pelo sargento-mor Francisco de Melo Palheta parte de Belém naquele mesmo ano (1722), atingindo a missão jesuítica espanhola de Exaltación de la Santíssima Cruz de los Cajuvavas, no baixo Mamoré. Segundo a descrição do missionário de Exaltación, a expedição era composta de alguns mestiços, cem indígenas e vinte e cinco soldados. Informa ainda que Palheta pretendia seguir adiante para observar outras povoações, demonstrando interesse em obter informações sobre Santa Cruz de La Sierra e Potosí. Foi, entretanto, dissuadido da ideia pelo referido missionário (MATTEOS, 1946, tomo VI, p. 282-283). Daquele ponto então, retornaram para Belém, lá chegando a princípios de 1723.

Nesse mesmo ano, a bandeira de Antônio Pires de Campos (1723) atinge a região que chamou reino dos Parecis, navegando pelo rio Sepotuba, que nasce na serra dos Parecis e desagua no rio Paraguai (CAMPOS, 1862, p. 443). Os parecis são grupos falantes do aruaque, como os moxos e baures. Mètraux sustenta que, já no século XVI, a expedição de Gozalo Solis Holguin teria atingido a Serra do Norte (localizada nos atuais estados de Rondônia e Mato Grosso) e entrado em contato no país dos “pareches”. Na relação de Pires de Campos, há a primeira referência aos nhambiquaras e cabixis, que viviam ao norte dos parecis (MÈTRAUX, 1942, p. 160), no atual estado de Rondônia.

No alto rio Madeira, quase defronte da foz do rio Jamari, o padre João Sampaio, que acompanhou a expedição Palheta em parte do percurso, criou a missão jesuítica portuguesa de Santo Antônio das Cachoeiras em 1728. Essa missão teve curta duração. Nessa época, o cacau nativo era importante produção extrativa do Pará e existia em abundância no rio Madeira e no rio Beni. Era explorado pelos portugueses e espanhóis através de expedições de coleta, como registra a crônica ainda no ano de 1781:

Entramos quase três léguas pelo rio Beni a dentro. Eu e o Capitão Joaquim José Ferreira achamos grande correnteza no rio e muitas matas de cacau e ranchos velhos, praticados nos tais cacauais, que supomos serem dos espanhóis que ali vêm fazer sua colheita. (PONTES; MENDONÇA, 1985, p. 165)

(N. da R.: Características originais do texto preservadas pelo autor.)

Contudo, essa prática extrativista não fixava população colonial portuguesa signifi-

cante no alto Madeira, pois era uma atividade ambulante e sazonal.

No Cuiabá, além dos indígenas a serem escravizados, outra riqueza era cobiçada: o ouro. O cronista Barbosa de Sá informa-nos que o coronel de milícias Antônio Pires de Campos (COELHO, 1850, p. 152), na sua subida pelo rio Cuiabá, escravizou muitos indígenas coxiponés. Assim também Pascoal Moreira Cabral, que, subindo o Coxipó-Mirim, aprisionou muitos nativos do mesmo grupo (SÁ, 1904, p.10-11). Do mesmo modo, no Mato Grosso (Guaporé) assim ocorria.

As duas frentes de penetração para oeste de Tordesilhas, que partiram de Belém e São Paulo, se encontraram no ano de 1731.¹ Nesse ano, os irmãos Fernão e Artur Pais de Barros, acompanhados de seus sobrinhos João Martins Claro e José Pinheiro, que foram ao apresamento dos parecis, encontraram ouro na região guaporeana (SÁ, 1904, p. 31-32). Retornaram àquela região em princípios do ano de 1733, acompanhados do sargento-mor Antônio Fernandes de Abreu, e, no local onde encontraram o metal precioso, fizeram roças e pesquisaram a região, retornando a Cuiabá em dezembro daquele ano (SÁ, 1904, p.32).

A continuidade das pesquisas minerais conduziu ao descobrimento de ouro no rio Corumbiara pelos bandeirantes sorocabanos Antônio de Almeida e Moraes e Tristão da Cunha Gago. Barbosa de Sá afirma que esses achados se deram em 1745 e foram abandonados no ano de 1748. As hostilidades dos indígenas impediram a continuidade dos achados (SÁ, 1904, p. 45). Gonçalves da Fonseca registra que, em 1750, havia ainda a expectativa de retorno à mineração no local (FONSECA, 1866, p. 376).

O surgimento dos núcleos de colonização portuguesa na região guaporeana foi consequência da descoberta do ouro, que provocou um enorme incremento populacional. A administração metropolitana, envolvida na tarefa de negociar com a Espanha um novo tratado que assegurasse seu território colonial até a fronteira oeste, aproveitou-se dessa verdadeira corrida ao metal precioso. Diversos arraiais haviam ali surgido e possuíam, em 1740, uma população mineradora estimada em 40.000 habitantes (LAPA, 1973, p. 23). Assim, em 1743, foi criado pelo governo português no rio Guaporé o distrito de Pouso Alegre, que, três anos depois, veio a ser transformado no município de Vila Bela da Santíssima Trindade. A indecisa soberania disputada entre os Estados Ibéricos na região causou, em 1744, a fundação da missão de Santa Rosa no lado oriental do rio Guaporé pelos jesuítas espanhóis (SÁ, 1904, p. 44). A partir de 1746, foram incrementadas as negociações que viriam a resultar no Tratado de Madri. Contudo, antecipando-se mais uma vez aos resultados daquele tratado, a coroa portuguesa criou, em 1748, a capitania de Mato Grosso e Cuiabá, que teve como primeira capital a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade.

Consolidação da fronteira Madeira-Guaporé

Todo esse movimento incrementa a navegação de súditos portugueses por aqueles rios fronteiriços em expedições de cunho político/militar ou comercial. Determinado a impedir a evasão do metal pelo contrabando, o governo de Portugal proíbe a navegação do

rio Madeira em 1733. Tal incremento populacional em região de mineração provocou, como era de se esperar, o surgimento de um lucrativo comércio. As monções, nome pelo qual eram conhecidas essas expedições comerciais, saíam inicialmente de São Paulo com destino às regiões mineradoras (Monções do Sul). Paralelamente, buscavam-se outras rotas de abastecimento pelos rios que se dirigiam ao norte, intentando uma ligação comercial com Belém (PA), transgredindo a proibição real.

Em 1742 um grupo de mineradores endividados, sob a liderança de Manuel Félix de Lima e Francisco Leme do Prado, partiu do arraial de São Francisco Xavier em expedição que buscava estabelecer ligações comerciais com as missões espanholas da região guaporeana. Attingiram a missão de São Miguel, no rio Baures, e depois seguiram para a missão de Santa Maria Madalena, no rio Itonamas. Desrespeitando proibição real, navegaram o rio Madeira e chegaram a Belém em 1743, onde foram presos.

Francisco Leme do Prado separou-se do grupo de Félix de Lima em Santa Maria Madalena para tentar contato comercial com a missão de Exaltación de la Santíssima Cruz de los Cajuvavas. Como Félix de Lima, foi mal-sucedido em seu intento de comerciar com as missões espanholas, mas, contrariamente a este, retornou ao Mato Grosso. Lá chegando, a janeiro de 1743, prestou informações sobre o que viu às autoridades portuguesas. Naquele mesmo ano, José Barbosa de Sá foi enviado ao alto Mamoré por ordem do ouvidor de Cuiabá, João Gonçalves Pereira, para examinar o estado das missões espanholas da Província de Moxos. Acompanhava-o João dos Santos Varneque, que havia retornado com Francisco Leme do Prado.

No primeiro semestre de 1749 efetuou-se a viagem do sargento-mor João de Souza Azevedo (ou de Azevedo, ou d’Azevedo), que partiu de Belém e subiu os rios Madeira, Mamoré e Guaporé em demanda do Mato Grosso (SAIND-ADOLP, 1845, p. 10). Há dois registros quanto à natureza dessa viagem: o primeiro é encontrado em Saind-Adolp, que menciona acompanhar a viagem “várias canôas carregadas de fazendas”, o que caracterizaria o transporte monçoeiro (1845, p. 10); o segundo afirma que a expedição foi realizada com autorização do Governo Metropolitano para observação das missões jesuíticas espanholas (PINTO, 1987, p. 135). De fato, uma carta de Marco Antônio Azevedo Coutinho, secretário de Estado de Portugal ao governador do Estado do Maranhão, datada de 15 de setembro de 1748, autoriza este último a credenciar pessoa para investigar as condições da colonização espanhola no rio Madeira. Essa pessoa era Souza Azevedo (Notícias, vol. 107, p. 47). A expedição de João de Souza Azevedo possuía as duas funções. A mercantil, ou seja, permitido pelas autoridades coloniais, teria subido o Madeira em direção ao Mato Grosso com suas mercadorias e embarcações. Retribuiu a permissão praticando a espionagem sobre o estado da ação missionária espanhola naqueles rios.

Além da expedição de Félix de Lima, há notícias, embora esparsas e pouco investigadas, de outras expedições que utilizaram a rota dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé para suas investidas de caráter comercial. Fica clara nessas iniciativas a transgressão às ordens reais, tanto quanto ao que se refere à navegação no rio Madeira quanto ao comércio proibido com a colônia espanhola. Nos meses próximos à expedição de Souza Azevedo, há o registro de outra

expedição feita por Miguel da Silva e Gaspar Barboza de Lima. Os dois saíram do Maranhão e dirigiram-se ao Mato Grosso pelo rio Madeira, com suas canoas carregadas de mercadorias, que venderam em Vila Bela.

Em julho do mesmo ano, por ordem do rei de Portugal, partiu de Belém uma expedição chefiada pelo sargento-mor Luiz Fagundes Machado, tendo como astrônomo o mestre de campo José Gonçalves da Fonseca, que tinha por objetivos observar os núcleos de colonização espanhóis na região guaporeana e fazer o mapeamento mais detalhado dos rios da região.

Destarte, na década em cujo último ano se assina o Tratado de Madri (1750), consolidando juridicamente os resultados da ação bandeirante sobre o oeste brasileiro, intensifica-se a penetração lusa no território fronteiriço do Madeira-Guaporé. Estimulado pela cobiça do ouro e do comércio, negociando clandestinamente com os espanhóis e buscando a melhor via de abastecimento com a região mineradora, o trânsito de súditos do rei de Portugal, clérigos, militares, comerciantes e mineradores ocupou aquela fronteira de tal forma que reconheceram as potências ibéricas no texto do tratado que:

...a **corôa de Portugal tem ocupado** as duas margens do rio dos Amazonas, ou Marañon, subindo até a boca do rio Javari, ...sucendendo o mesmo pelo interior do Brasil com a internação que fez esta corôa até o Cuiabá e Mato Grosso. (Tratado de Madri, 1750)

(N. da R.: Características originais do texto preservadas pelo autor.)

A nova fronteira seguiu pelo rio Guaporé até o ponto médio do rio Madeira, de onde, em linha reta, seguiria para a nascente do rio Javari.

Em 1752 chega ao Guaporé o primeiro capitão-general do Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura que instala sua primeira capital, Vila Bela da Santíssima Trindade. Naquele mesmo ano, por Provisão Régia, os rios Guaporé, Mamoré, Madeira e Amazonas tornam-se via obrigatória de ligação entre Belém e Vila Bela. Esse percurso será conhecido como a Monção do Norte e servirá ao comércio de todo o norte do Mato Grosso, consolidando, com a ligação desses importantes rios, a fronteira oeste. 🌐

Referências

BERREDO, Bernardo Pereira de (1748). **Annaes Históricos do Estado do Maranhão**. 3. ed., Florença: Typographia Barbêra, 1905. Vol I. Com um estudo sobre a vida epocha e escriptos do autor.

CALÓGERAS, Pandiá. **A política exterior do Império**. Brasília: Senado Federal, 1998. Ed. fac-similar, vol. 1. As origens. Coleção biblioteca básica brasileira.

CAMPOS, Antonio Pires de. Breve notícia que dá o capitão Antonio Pires de Campos do gentio barbaro que ha na derrota da viagem das minas do Cuyabá e seu recôncavo. **Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia de D. Luiz dos Santos, 1862. Tomo XXV, 3º. Trimestre, pp. 437-449.

CARDOSO, Alfrío. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica

(1596-1626). **Rev. Bras. Hist.** [online]. 2011, vol. 31, n.61, pp. 317-338. ISSN 1806-9347. <dx.doi.org/10.1590/S0102-01882011000100016>.

CASAL, Manuel Ayres de. **Corografia brazilica**, ou, Relação historico-geografica do reino do Brazil, composta e dedicada a Sua Magestade fidelissima por hum presbitero secular do gram priorado do Crato. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1817.

COELHO, Felipe José Nogueira. Memorias chronologicas da capitania de Mato-Grosso, principalmente da provedoria da fazenda real e intendência de outro. **Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1850. Segunda Serie. Nº. 18, 2º. Trimestr, pp. 137-199.

CORTESÃO, Jaime Zuzarte. **O Tratado de Madrid**. Brasília: Senado Federal, 2001. Tomos I e II.

CORTESÃO, Jaime. **Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: FUNDAP, 2012.

FONSECA, José Gonçalves da. Notícia da situação de Mato-Grosso e Cuyabá: estado de umas e outras minas e novos descobrimentos de ouro e diamantes. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1866. Vol. 29, pp. 352-390,

FONSECA, José Gonçalves da. Primeira exploração dos rios Madeira e Guaporé feita por José Gonçalves da Fonseca em 1749. In: MORAES, José de; ALMEIDA, Candido Mendes de. **Memorias para a historia do extinto estado do Maranhão cujo território comprehende hoje as províncias do Maranhão, Piauhy, Grão-Pará e Amazonas**. Rio de Janeiro: Brito & Braga; J.P. Hildebrant, 1874. Tomo Segundo.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A economia colonial**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

LEITE, Serafim (S. J.). **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Belo Horizonte. Editora Itatiaia, 2000. Tomo III: século XVI, o estabelecimento. Coleção Reconquista do Brasil, volume 203.

LEME, Pedro Taques de Almeida Pais. **História da capitania de São Vicente**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. Contendo o esborço biográfico do autor por Afonso de E. Taunay.

LIMA, Abnael Machado de. Conquista do Vale do Guaporé. **Jornal Eletrônico Gente de Opinião**. Disponível em: <www.gentedeopinio.com/lerConteudo.php?news=8856>. Acesso em 10/01/2015.

MÉTRAUX, Alfred. The native tribes of eastern Bolivia and western Matto Grosso. Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, **Bulletin 134**. Washington: United States Government Printing Office, 1942.

MONTEIRO, John Manuel. **Os negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

MORAES, José de (Pe.). História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará. In: ALMEIDA, Candido Mendes de. **Memorias para a historia do extinto estado do Maranhão cujo território comprehende hoje as províncias do Maranhão, Piauhy, Grão-Pará e Amazonas**. Rio de Janeiro: Brito & Braga; J.P. Hildebrant, 1860. Tomo Primeiro.

NORONHA, José Monteiro de. **Roteiro da viagem da Cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da Província**. Belém: Tipografia de Santos & Irmãos, 1862.

Notícias pertencentes a comunicação do Matto Grosso com o Estado do Maranhão (1748), p. 33. BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). **Anais**. Rio de Janeiro, 1987. Vol. 107, 191 pp.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Bandeirantes e pioneiro: as fronteiras no Brasil e nos Estados Unidos. **Novos Estudos CEBRAP**, Nº37, novembro 1993, pp. 214-22.

PINTO, Emanuel Pontes. **Território Federal do Guaporé**: fator de integração da fronteira ocidental do Brasil. Rio de Janeiro: VIAMAN, 2003.

PINTO, Orlando da Rocha. **Cronologia da construção do Brasil: 1500-1889**. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

PONTES, Antônio Pires da Silva. Diário de Viagem de Antônio Pires da Silva Pontes. In MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **Rios Guaporé e Paraguai primeiras fronteiras**. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1985.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. 2. ed. São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1981.

REIS, Arthur César Ferreira. **A política de Portugal no Vale Amazônico**. Belém: Novidade, 1940.

SÁ, Joseph Barbosa de. Relação das povoações do Cuyabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos. BIBLIOTHECA NACIONAL (Brasil). **Annais**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904.

SAIND-ADOLP, J. C. R. Milliet. **Diccionario geográfico historico e descriptivo do Imperio do Brasil**. Pariz: Casa de J. P. Aillaud, 1845. Tomo segundo.

SILVA, José Justino de Andrade e. **Colleção chronologica da legislação portuguesa, 1620-1627**. Lisboa: J. J. A. Silva, 1855.

SOARES, Álvaro Teixeira. **História da formação das fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1975.

SOUTHEY, Roberto. **História do Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1862. Tomo 5, 6 vols.

TAUNAY, Afonso D'Escragnolle. **História das Bandeiras Paulistas**. Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB), 2012.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Há contradição quanto ao ano do descobrimento da primeira mina no Mato Grosso. Barbosa de Sá informa que foi no ano de 1734, mas Nogueira Coelho declara: Por estes dous documentos se mostra que o descobrimento de Mato-Grosso tem sua incerteza em quanto ao captivo do gentio, e que em quanto às suas minas ellas não tiveram descobrimento antes do anno de 1737. (COELHO, 1850, p. 151).